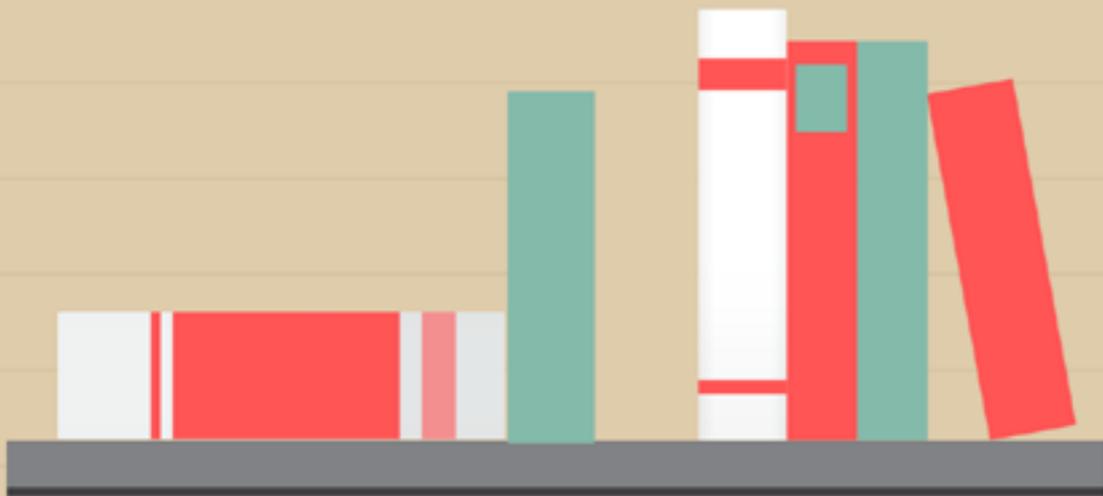


POLÍTICA EDUCACIONAL



Prof. Ademir Nunes Gonçalves

Caros alunos

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa *Adobe Reader 11*.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto a barra inferior pode lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse pdf, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

Índice

Apresentação

Caros Alunos!

Este ebook trará a vocês subsídios que complementarão todas as discussões das unidades de nossa disciplina em Políticas Educacionais. Nele você encontrará links com textos que elucidarão termos e expressões usados no âmbito dos fundamentos das políticas educacionais, bem como no entendimento de nosso conteúdo.

Há também pequenos vídeos explicativos para aprofundar sua reflexão sobre nossa temática e para aprimorar ainda mais os estudos voltados à educação e em particular ao planejamento das políticas que norteiam a educação brasileira.

De forma sucinta e explicativa, o e-book apresenta todas as unidades que trabalharemos em nossa disciplina. Todavia, ele não está em forma de tópicos, mas sim em um único texto, com o intuito de explicar, de forma geral, todos os aspectos de nosso trabalho sobre as políticas educacionais no Brasil.

Aproveite bem este livro, bem como todos os materiais disponibilizados ao longo das unidades em nossa disciplina! Bom estudo !

Prof. Ademir Nunes Gonçalves

POLÍTICA EDUCACIONAL

É na metade da década de oitenta que a palavra democracia adquire um sentido mais importante para a sociedade brasileira, principalmente em relação à necessidade do povo participar das decisões democráticas do país. Entretanto, os diferentes contextos sociais demonstram que a participação pode significar muita coisa e não ter o sentido real que interessa à classe menos favorecida, aos sempre excluídos de quase tudo que a sociedade possa oferecer.

Embora a Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985) tenha tolhido, no sentido amplo da palavra, a “Democracia”, o Estado autoritário dos militares sempre apresentou uma disfarçada liberdade, fazendo com que o povo imaginasse que estava em estado democrático. Todavia, doutrinação é completamente diferente de democracia. Foi uma ilusória participação consentida que pudesse iludir que pôde encobrir a verdadeira realidade.

Democracia é um regime político em que todos os cidadãos elegíveis participam igualmente — diretamente ou através de representantes eleitos — na proposta, no desenvolvimento e na criação de leis, exercendo o poder da governança através do sufrágio universal. Ela abrange as condições sociais, econômicas e culturais que permitem o exercício livre e igual da autodeterminação política. O termo origina-se do grego antigo δημοκρατία (dēmokratía ou “governo do povo”), que foi criado a partir δημοσ (demos ou “povo”) e κράτος (kratos ou “poder”) no século V a.C. para denotar os sistemas políticos então existentes em idades-Estados gregas, principalmente Atenas; o termo é um antônimo para ολιτοκρατία (aristokratia ou “regime de uma aristocracia” como seu nome indica).¹ δημοκρατία in Henry George Liddell, Robert Scott, “A Greek-English Lexicon”, at Perseus

O **Estado** é compreendido como um “pai”, capaz de nos oferecer a proteção desejada, ser um direito em favor. Nas sociedades modernas, houve ampliação do espaço privado, dos interesses individuais, e o espaço público é reduzido à ação protetora do governo; é uma democracia representativa, indireta e jurídica (formal), o que a distancia da democracia que deve ser participativa e política (apesar de excludente em algumas esferas).

Desse modo, a participação desponta como fundamental no conjunto da democracia liberal. É por meio da participação que se revelam os ideais democráticos. A **democracia** é processo e, como tal, é imperfeita, é busca, é projeto – um ideal sempre a alcançar.

É importante que se ressalte que nas sociedades liberais a participação não é compreendida como relação política e, sim, como colaboração harmônica ou coesa, específica da tradição conservadora que hoje se revitaliza no terreno das ideologias corporativas.

Entretanto, a participação cria **poder**, e assim gera conflitos que tendem a ser saudáveis, sobretudo numa sociedade desigual como a brasileira. Ademais, não existe participação perfeita, porque é sempre um processo inacabado.

No Brasil, tem prevalecido a ditadura, e “um sistema partidário não chegou a se consolidar”, mas têm sido as corporações que se agrupam casuisticamente em partidos, o que não quer dizer, entretanto, que a sociedade brasileira seja organizada e participativa, porque tais corporações são constituídas por parcelas minoritárias da população.

A escola, enquanto espaço social e educativo constitui, seguramente, uma das áreas de reflexão do pensamento educacional que se tornou mais visível nos últimos tempos. Todavia tais características essenciais da escola, em nada se efetivam se os processos aliados às políticas públicas ligadas à educação não estiverem vivos e presentes no espaço escolar, entendidos como vitais para a dinâmica e a função social e política da escola.

Na escola atual, a intenção da gestão escolar deve estar focada em um projeto educativo a ser desenvolvido pelo conjunto de sujeitos educacionais diretos e não pelos mecanismos de controle de trabalho. Não podemos negar as relações de poder existentes na interior da escola, muitas vezes reprodutoras de um discurso e de uma ação conservadora e autoritária, mas tanto a sociedade como também a própria legislação atual atribuem e esperam da gestão escolar um processo que leve à consciência, à autonomia e à participação de todos os envolvidos em um processo democrático.

Dessa forma, as políticas educacionais, hoje, devem ter seus alicerces em bases históricas e constitutivas, sem jamais se esquecer de que a escola é um ambiente educativo social e, por isso, a educação merece ser entendida como um processo evolutivo. Além disso, há que se compreender que a escola não surge para um processo burocrático e sim para um processo de aquisição, informação e de transformação do sujeito. **A Constituição Federal de 1988** coloca nossa nação em uma perspectiva de ampla democracia, inclusive no âmbito educacional.

Os fundamentos das políticas Educacionais demonstrarão de que forma se estabelecem (para não repetir o verbo constituir) os conceitos de políticas educacionais e, simultaneamente, como, ao longo do tempo, elas foram se constituindo e se modificando. Temos que entender que, ao discutirmos políticas educacionais, estaremos discutindo, em um primeiro momento, um conceito mais amplo de política, palavra de origem grega - politikó - que resumidamente quer dizer participação de todos na polis, na cidade, ou seja, participação de todos nos rumos da nossa vida em sociedade. Somos nós, cidadãos que temos que dizer o que queremos, o que exigimos e o que almejamos para nossa comunidade.

Ao mesmo tempo, a palavra “pública”, de origem romana, que quer dizer povo, possui um significado conjunto entre política e público. Portanto, política pública é como nós, que somos o povo, temos que conduzir aquilo que é de todos, nesse contexto, as políticas públicas educacionais.

.....
O funcionamento da organização da educação brasileira faz-nos entender como a educação se estruturou e como a organização da educação brasileira está em nosso cenário educacional atual. Entenderemos que a educação, como nós a vemos e entendemos, foi uma conquista histórica, como um direito social de todos. Há pouco tempo, muitos de nossos avós ou pais não tiveram o direito em estar dentro de uma escola e, muito menos, de ter a escola como uma forma de cidadania. Mas, após a Constituição Federal de 1988, a escola não só tornou-se um direito de todos, mas também uma obrigação do Estado de proporcionar tal direito social a todos. Assim, após muitos debates e leis, a escola veio para atingir todas as pessoas. Cabe ao Estado garantir que cada vez mais pessoas tenham acesso a ela e aos diferentes níveis de ensino. A escola está organizada em dois grandes níveis: a educação básica e a educação superior. A educação básica compreende a educação infantil (a partir de quatro anos), ensino fundamental e médio. A educação superior abrange a graduação e pós-graduação e, ainda, as modalidades de ensino. Precisamos entender como os níveis de ensino são organizados e como temos acesso a eles, caso contrário, estaremos alheios aos nossos direitos.

Temos que entender que a educação é um direito social inalienável, ou seja, não há como o Estado, instituição maior dentro de uma sociedade negar tal direito a nós. É a partir principalmente da Constituição Federal de 1988 que a escola passou a ser um direito que todos temos e que o estado precisa garantir a nós. Todavia tal garantia não é apenas ao acesso à escola, mas sim uma escola com qualidade, para que principalmente os filhos dos trabalhadores possam ter uma educação que garanta o conhecimento e a ampliação de sua cidadania.

A Constituição Federal de 1988 trouxe a educação como garantia social e como tal direito à educação jamais pode ser fragilizado. O direito à educação presente na constituição federal foi uma conquista histórica para todos aqueles que jamais teriam condições de avançar seus anseios ao mundo escolar. Portanto, a educação é um direito inalienável.

O conhecimento e a discussão sobre as legislações que norteiam nossa educação nos ajudam a entender que, para

assegurar que os direitos educacionais sejam efetivados, é importante que as legislações sejam aplicadas e fiscalizadas por nós, cidadãos. Toda e qualquer criança, adolescente ou adulto tem o direito à educação garantido pela Constituição Federal de 1988 e, por isso, é importante conhecermos e estudarmos as leis educacionais de nosso país.

O novo **Plano Nacional de Educação**, que entrou em vigor a partir de 2014 e terá sua aplicabilidade até 2024, é o documento que nos baliza para as metas que a educação brasileira almeja para os próximos anos, para todos os níveis de ensino, sendo a legislação a juíza nos seus ordenamentos.

Não é uma tarefa simples, compreender a educação, onde proliferam relações de conflito e disputa de poder e, além do que, há uma forte tradição cultural de tudo ser decidido sem a participação das pessoas que vivem as relações, por meio de procedimentos autoritários e burocráticos. Participar ainda parece ser algo muito novo não só para o corpo escolar como para todos os cidadãos brasileiros. Como se sabe, as políticas educacionais se destinam, sobretudo, a orientar o processo ensino-aprendizagem, o que não quer dizer que problemas administrativos, legais e até operacionais da educação não guardem relação com esse projeto, porque todas as ações desenvolvidas no interior da unidade de ensino devem convergir para a consecução do processo pedagógico. O projeto pedagógico envolve, portanto, a estrutura organizacional e a estrutura pedagógica. Essas estruturas se referem a recursos humanos, físicos, financeiros, entre outros elementos importantes da escola.

As possibilidades participativas na educação e em particular na escola só se abrirão, provavelmente, se essa detiver certa autonomia, (digo certa, porque o próprio projeto pedagógico pode ajudar a consolidar a autonomia) e se a comunidade escolar estiver realmente interessada e comprometida politicamente com um novo desenho das relações pedagógicas, aqui incluindo da administração à sala de aula.

Entretanto, somente a autonomia, vontade política e compromisso não são suficientes para a construção de uma política educacional emancipadora. São necessários muitos estudos, aprofundamento e reflexão sobre as teorias pedagógicas, métodos de ensino, avaliação, dentre outros referenciais capazes de dar sustentação ao novo formato de escola e de ensino que se deseja.

A maior parte daqueles que estão na administração da educação defendem a necessidade de um **Projeto Pedagógico** para melhorar a escola, mesmo que alguns não tenham ainda uma visão clara do que ele realmente significa e estando, no momento da pesquisa, quase todos empenhados na elaboração dos projetos de suas respectivas escolas, com vistas ao processo eletivo para diretor que se avizinha, sem o qual não será permitido concorrer.

Um dos grandes problemas é que burocratas entendem a educação como algo individual a ser elaborado, sob suas inteiras responsabilidades, e não como um produto da ação coletiva do corpo escolar e da comunidade local. Isso parece indicar que a democracia na educação ainda é muito mais uma adaptação funcional dessas aos novos tempos do que um projeto em construção, embora contraditoriamente essa adaptação possa até contribuir na direção democrática de forma mais lenta.

Ao examinar o processo educativo presente na prática legal da educação, pode-se, muitas vezes, contribuir para a transformação ou a manutenção das condições desesperadoras e perversas presentes dentro das escolas. O fato é que uma política educacional democrática não tem condições de apontar para o desenvolvimento do processo democrático, pois toda ênfase e responsabilidade recaem no trabalho individual que representa o poder máximo dentro da unidade escolar. O processo de uma educação, ou de uma política educacional centralizada não está intrinsecamente no cumprimento da função social e política da escola, que tem por fim o homem, mas sua valorização e seu respeito estão diretamente ligados ao poder burocrático.

Em [sociologia das organizações](#), burocracia é uma organização ou estrutura organizativa caracterizada por regras e procedimentos explícitos e regularizados, divisão de responsabilidades e especialização do trabalho, hierarquia e relações impessoais.⁵ Renato Cancian. [Burocracia: Max Weber e o significado de "burocracia"](#) (em [português](#)) UOL - Educação. Visitado em 17 de maio de 2015.

Parece-nos que existe uma conversão por parte do Estado que foi conduzido por sua base ao poder e que agora por inúmeras razões absorveu o poder oficial e não mais discursa sobre os mesmos ideais de democracia, de cidadania, de criticidade e de formação do cidadão que eram *slogans* no pleito eleitoral.

Esse tipo de governo da coisa pública tende a educar para a servidão, para a repartição entre subordinador e subordinados, entre os que criam e os que executam, enfim, para uma fragmentação e divisão da sociedade. A comunidade escolar mais uma vez é usada aos interesses e favorecimentos do poder para manutenção do *status quo*.

Todavia, é importante ressaltar que para haver participação é necessário concessão; havendo concessão e participação, conseqüentemente, haverá colaboração. É uma condição que se torna fato cultural em toda educação, mesmo que o gestor delegue a participação de seus pares, e não o convite a participação. Cumprir ordens é adverso aos princípios democráticos, pois a conquista da liberdade, para participação, para solidariedade e cooperação tão necessárias à formação integral do homem não podem ficar presas apenas às amarras legais e burocráticas oriundas de um poder centralizador, pois a democracia se constrói e se conquista, não é algo imposto.

Talvez, em uma empresa, o processo de conseguir produtividade e o produto de qualidade seja através de uma administração autoritária, por que todos devem produzir através de uma direção, ou então, podem perder seu posto de trabalho.

Na educação é difícil educar para **liberdade** e para a cidadania se as pessoas não participarem e não se sentirem comprometidas com a vida da escola. Não podem ser sujeitos amorfos, mas sim, ativos no processo educativo. O molde ambíguo de administrar a educação só nos leva a crer que ele é necessário para condução de uma sociedade desigual, racista e excludente, na qual não há possibilidades de transformação social.

Em filosofia, pode ser compreendida tanto negativa quanto positivamente. Sob a primeira perspectiva denota a ausência de submissão, servidão ou menos no determinismo. [determinação]; isto é, qualifica a ideia de que não existe independência do ser humano. Na segunda, que também não existe uma liberdade filosófica, é a autonomia e a espontaneidade de um sujeito racional; elemento qualificador e constituidor da condição no comportamento e do mau comportamento dos humanos tendo uma voluntários.⁶ Kersting, Wolfgang. "Liberdade bem ordenada: filosofia do direito e do Estado em Immanuel Kant"; tradução e revisão Luís Afonso Heck. – 3. Ed., ampl. e trabalhada – Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2012.

O modelo antidemocrático contribui para a desumanização, impossibilitando o coletivo e divinizando o individual. Toda e qualquer pedagogia na qual a prioridade é o individual, sobressaindo sobre o coletivo, retira a possibilidade de experiências comuns, a divisão de mundo e a de resolver os problemas, tanto da escola quanto da sociedade, de uma forma conjunta.

É necessário salientar também que, muitas vezes, as políticas educacionais esbarram na comunidade escolar, e isso se dá em dois momentos: um é quando a comunidade não enxerga nos gestores educacionais um sujeito que pode somar; o outro é quando a comunidade limitada por vários motivos culturais, sociais, políticos e econômicos, e

por ser ingênua, não se vê representante no processo de democracia das políticas educacionais.

Para SILVA (1996), muitos daqueles que pensam em **mudança social**, defendendo a participação de todos nos processos decisórios, quando o fazem baseando-se na crença de que o indivíduo é tomado como ser isolado que participará, veem frustrados seus esforços.

De modo geral, muitas vezes as políticas educacionais são perversas na democratização e participação da comunidade escolar, pois estão pautadas em uma estrutura burocrática. A participação da comunidade escolar em um sentido deliberativo ainda é mínima, pelo próprio desconhecimento do poder e de sua permissão para tal ato. Os professores ainda não perceberam que podem, em conjunto, redimensionar a prática política, interferindo, auxiliando e cooperando de forma reflexiva para a tão sonhada qualidade na educação. Mas, muitos desses trabalhadores da educação são coagidos a não se expressar devido às suas condições de trabalho.

Nos anos 90, há fragmentação da classe docente nos diversos ramos de exercício do magistério, como vimos no Estado do Paraná, havendo diversas formas de categorias de contratação:

- Q.P.M. – Quadro Próprio do Magistério;
- R.D.T.40 – Regime de Trabalho de 40 horas;
- FUNDÃO – Professor efetivado por Decreto;
- FUNDINHO – Professor efetivado por tempo de serviço;
- C.L.T. – Professor contratado pelas leis trabalhistas (a maioria);
- PARANÁEDUCAÇÃO – Professor contratado por empresa;
- PSS – Processo Simplificado de Seleção (Substituição Temporária).

A democratização e a participação são primordiais na relação das políticas educacionais, na dinâmica do processo democrático de transformação da realidade educativa inserida no mundo de mercado. Somente elas estimulam a discussão, compreendem a reflexão, geram a criatividade e produzem o saber, elementos essenciais para o coletivismo no ambiente social.

A luta do magistério pelos anseios democráticos, pela coletividade e participação é histórica dentro da educação. No Estado do Paraná, os movimentos sindicais docentes travaram inúmeras lutas contra governos conservadores. Para que haja democracia na escola, é necessária uma autonomia que, no Estado do Paraná, ainda não foi alcançada. As recentes medidas adotadas pelo Estado para a democratização da escola podem representar mais uma mera formalidade burocrática e legal como a Gestão Democrática, as A.P.Ms, as Propostas Pedagógicas, entre outras. Mas, de nada adianta essas mudanças se não tiverem em seu bojo melhores condições de trabalho, uma política salarial real e uma verdadeira capacitação reflexiva para a participação escolar. Todos estes pontos estão implantados dentro da carreira do magistério e da estrutura escolar, mas não de forma real.

As relações de poder e de participação são ambíguas nesse contexto, pois a estrutura ainda é hierárquica, tendo um sistema de prêmios e sanções que enquadram o corpo escolar a um corredor preestabelecido: de um lado, os que mandam, de outro, os que obedecem. O alicerce para uma gestão democrática é o fortalecimento local sobre as decisões coletivas da escola.

Pensar que a escola não traz ranços de autoritarismo e de burocracia é uma grande utopia, mas, não poder imaginar que a escola possa dar ao educando uma perspectiva de cidadania e de abertura para o mundo é colocar a escola na esfera mais baixa das instituições sociais. Eficiência não pode ser confundida com eficácia, pois a eficiência só se dá com a participação de conjunto para que se consiga chegar ao mais próximo do preciso, e isso não pode estar atrelado a nenhum gesto, comportamento, ou prática de mercado que distorceu a ideia de eficiência e de eficácia. Não podemos ser ingênuos em imaginar que as instituições de ensino têm em seu cerne resquícios do capitalismo, uma vez

que essas se fazem presentes no meio dele, e são constituídas por pessoas que foram rodeadas por ideais e práticas individualistas oriundas da prática de mercado.

Os problemas persistem, as perguntas não são respondidas, a estrutura é corrupta; mas não podemos cessar essa luta que não é só do professor, do pai e do filho, mas é uma luta da sociedade que se coloca preocupada com a educação. Eis o propósito dos que desejam perceber a Escola como um locus da participação democrática.

A Escola, hoje, é desafiada a dar respostas às constantes mudanças decorrentes das transformações que ocorrem mundialmente, dentre as quais se sobressai a diminuição da função do Estado. Com isso surgem novos direcionamentos, novas formas de planejar e implementar as políticas educacionais. Assim, o Estado, ao se apresentar com perspectivas de novas funções, traz elementos que poderão ser conflituosos, permitindo o surgimento de crises que, de certo modo, afetarão a eficácia esperada. O Estado se reorganiza no sentido de desenvolver processos de ajustes entre as forças produtivas e aparelhos hegemônicos, apontando para questões entre as quais citamos: o Estado mínimo e o rompimento do Estado de Bem-estar Social; incentivo ao privatismo. No Paraná, evidencia-se isso quando vemos o encolhimento do Estado, implementando mecanismos de descentralização por meio de autonomia administrativo-financeira. Outro aspecto relevante nessa análise é sobre a autonomia da escola: através do mecanismo da descentralização, torna-se necessário saber que, assim como as demais políticas, é o Banco Mundial o idealizador das propostas, principalmente sobre as estratégias para a educação.

[...] deve haver menos gerenciamento por meio das estruturas burocráticas centralistas e mais gerenciamento por objetivos e indicadores de performance. Dentro de tal arcabouço, as instituições devem se tornar mais autônomas e devem ser mais diretamente acompanhadas pelos usuários" (LAUGLO, 1997).

Entre os princípios que a educação deve obedecer, face às propostas de autonomia, é a qualificação, porque a construção da autonomia, enquanto mudança organizacional, exige o aumento do conhecimento sobre o modo de funcionamento, regras e estruturas que a regem, acrescentando, ainda, ser necessário qualificar todos os que desempenham cargos de gestão das políticas públicas. A escola só deve ingressar num novo regime de gestão quando ocorrer, concomitantemente, um sistema de formação em serviço.

A crise econômica, financeira e produtiva presente na década de 1970, que atingiu pontos sensíveis do Capitalismo nos países centrais, acabou afetando também a maioria dos países periféricos. Na sociedade brasileira do começo dos anos 1980, a economia se encontrava cada vez mais internacionalizada e dependente do financiamento externo para incrementar e complementar a estrutura produtiva do setor industrial. Em setembro de 1982, o Brasil teve de recorrer ao FMI para renegociar a dívida que de 1979 a 1984, saltou para 100 bilhões de dólares, sem que praticamente entrasse qualquer recurso novo, já que se tratava apenas de refinanciamento da dívida velha, e o Brasil continuou perdendo reservas aceleradamente.

Desse modo, a crise econômica instalada nos países centrais, no começo dos anos 1980, acabou desembocando nos países periféricos, tornando-se campo propício para o FMI e o Banco Mundial intervirem com maior determinação na sociedade brasileira, a partir da proposta do Plano de Estabilização e dos empréstimos de ajuste setoriais.

Os documentos que efetivam as políticas educacionais no Brasil afirmam que, nos anos 1990, na administração pública mundial, a relação entre o governo e o cidadão começa a se transformar. A qualidade de ensino será conquistada em projetos de educação que têm como meta o desenvolvimento da gestão compartilhada, ou seja, com a divisão de responsabilidades entre o governo e a comunidade representada por professores, pais e alunos. Nesse sentido, tais políticas, segundo esse documento, é a melhor expressão de uma política educacional voltada para os novos tempos.

É oportuno lembrar ainda que, no “Contrato de Empréstimo” (firmado entre o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Estado do Paraná em 1994), destaca-se a condicionalidade vinculada ao “Desenvolvimento institucional”, que prescreve o “Desenvolvimento da capacidade de avaliação do Tomador, através da implementação da Avaliação do Rendimento Escolar – ARE, incluindo a divulgação dos resultados aos responsáveis pelas políticas, diretores de escolas e professores.

Assim, o processo de financiamento externo para a educação traz, como uma das exigências, a necessidade de realização da avaliação em todos os níveis de ensino para verificar o rendimento dos alunos e do próprio sistema educacional nas redes pública e particular. Esse processo de avaliação das propostas educacionais e do próprio aproveitamento dos alunos é realizado a partir do ENADE (para o Ensino Superior), do ENEM (para o Ensino Médio) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, indicando que os exames realizados em nível nacional e estadual estão em consonância com as prescrições do Banco Mundial e revelando que a “centralidade da Educação Básica” implica a definição do que se deve ensinar, como recomendação do próprio Banco Mundial, expressos nos PCNs e nos livros didáticos. A maioria das ações das políticas educacionais, absorvem as orientações do Banco Mundial, por meio dos objetivos do Plano Decenal da Educação, elaborado pelo MEC – 1993/2003 e, portanto, da Conferência de Jomtien.

Essa semelhança é evidenciada na busca de parcerias com a comunidade; no fortalecimento da gestão descentralizadora; no envolvimento da comunidade externa e interna à escola, como fator essencial para uma avaliação com êxito; na valorização do profissional da educação e na sistematização e acesso às informações. Tudo isso representa, segundo uma breve retrospectiva, a base para a efetividade do processo decisório e das inovações educacionais, bem como a flexibilização de mecanismos do sistema, indicando o caminho para a escola ser um centro de excelência. Essa afirmação é pertinente, pois conforme destaca o Plano Decenal 1993/2003, as estratégias para a universalização da Educação Fundamental e erradicação do analfabetismo, para promover a qualidade da educação e construção da cidadania, estão pautadas em alguns objetivos, tais como:

- 1- Universalizar, com equidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento;
- 2 - Ampliar os meios e o alcance da Educação Básica;
- 3- Fortalecer os espaços institucionais de acordos, parcerias e compromissos;
- 4- Favorecer um ambiente adequado à aprendizagem;
- 5- Incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da Educação Básica, conferindo maior eficiência e equidade em sua distribuição;
- 6- Estabelecer canais mais amplos e qualificados de cooperação e intercâmbio educacional e cultural de caráter bilateral, multilateral e internacional.

Algumas ações enfatizadas no Plano Decenal, e que também aparecem na nas políticas educacionais são:

1. Desenvolvimento de novos padrões de gestão educacional;
2. Estímulo às inovações;
3. Avaliação da qualidade e à eficiência da democratização da gestão escolar;
4. Sistema Nacional de Educação a Distância.

Os desdobramentos que tiveram os projetos políticos na educação com vistas à construção da cidadania e o processo de municipalização do Ensino Fundamental como caminho para universalidade da Educação Básica, abriram caminhos para o Governo implantar as propostas exigidas pelo Banco Mundial, no que se refere à construção da “centralidade da Educação Básica”, concebida e assumida como mediadora do desenvolvimento e do caminho para administrar a pobreza.

A própria mudança do Estado em relação às políticas educacionais, conforme preconizada no Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), indica a convergência da política do Estado com essa reforma, e é possível evidenciar essa operacionalização por meio dos seis componentes do Plano Decenal que constituem estratégias do Banco Mundial a serem incorporadas nas políticas educacionais como decisões estaduais. Além disso, expressam um conteúdo pedagógico, indicando uma determinada concepção educacional, e um teor de disciplinarização do Estado, tendo como base a eficiência e a eficácia do setor privado.

Quanto à melhoria do rendimento escolar e a busca da escolaridade dos alunos, o conteúdo acaba cumprindo o papel de acordo com as condições prescritas pelo Banco Mundial às políticas educacionais. Esse processo acaba materializando, de forma indireta e midiaticizada, as condicionalidades macroeconômicas para a efetividade de uma nova concepção de Estado.

Nesse sentido, a implantação da política social neoliberal e, portanto, as orientações do Banco Mundial são muito bem-sucedidas, apesar dos Fóruns em Defesa da Escola Pública e da resistência de parte dos docentes e alunos. A “centralidade da Educação Básica” reafirma apenas que a prioridade para o Ensino Fundamental acaba servindo de pretexto para a retirada gradual do Estado em relação ao financiamento do Ensino Superior, bem como da tarefa de promover a cidadania e a preparação para o trabalho.

Diante dessas considerações, pode-se concluir que é durante os processos de negociação para a obtenção de novos empréstimos que os credores externos prescrevem exigências de natureza econômico-financeiras, acompanhadas de um conjunto de procedimentos políticos e estratégicos para serem implementados na educação pública. Constatamos que a relação do Estado com os objetivos do Banco Mundial se tornam evidentes na medida em que têm como objetivo a construção da gestão compartilhada, a escola como centro de excelência, a efetivação de parcerias com a comunidade como fator para avaliação com êxito, a promoção da qualidade total, a descentralização administrativa e

pedagógica, a descentralização gerencial, a premiação por atividade que visa a melhoria do Ensino Básico, a política de privatização do Ensino Superior, entre outras medidas prioritárias que são exigidas como forma de operacionalização das prescrições em tais ordenamentos, sendo trazidas como prioridades nas políticas educacionais.

A escola, hoje, é desafiada a dar respostas às constantes mudanças decorrentes das transformações que ocorrem no mundo do trabalho, entre as quais sobressai a diminuição do papel do Estado. Novas formas de administrar, planejar e programar ações conduzem processos eficazes e permitem coesão entre os protagonistas das políticas públicas e os trabalhadores que atuam na escola.

Entre os princípios que as políticas educacionais trazem a nível micro e a nível macro, devem se orientar, face às propostas de autonomia, porque a construção da autonomia, enquanto mudança organizacional, exige o aumento do conhecimento sobre o modo de funcionamento, regras e estruturas que a regem, acrescentando, ainda, ser necessário qualificar todos os que desempenham cargos de gestão.

A escola só deve ingressar num novo regime de participação democrática quando ocorrer, concomitantemente, um sistema de formação. A construção de um projeto de gestão centrado em valores e princípios democráticos é tarefa da política educacional e da escola, que representa uma das mais importantes e essenciais atividades públicas e constitui o espaço de formação do cidadão como um ser social, histórico e sujeito das relações. Nesse sentido, não existem fórmulas para participação popular; ela se constrói no processo político e cultural da escola. Essa participação não se limita ao administrativo.



.....

Nesse sentido, é relevante o papel das políticas e da participação do povo na articulação desse processo. Pressupõe autonomia administrativa e financeira, assim como autonomia para que cada unidade escolar possa construir seu projeto político pedagógico e estabelecer seu próprio sistema de vida e de cotidiano. Assim, a escola se torna democrática em sua essência pedagógica, traduzida por seu caráter público, pelas relações sociais que estabelece pelo cumprimento das decisões e, essencialmente, pela formação para a cidadania.

Referências:

- ALONSO, M. O papel do diretor na administração escolar. São Paulo: Difel, 1996.
- CUNHA, Luiz Antonio. Educação, estado e democracia no Brasil. São Paulo: Cortez; Niterói: EdUFF; Brasília: FLACSO do Brasil, 1991.
- GADOTTI, Moacir. Gestão Democrática e Qualidade de Ensino. In Minascentro, Belo Horizonte – MG. 28 a 30 de Julho de 2004. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/Institucional/MoacirGadottiArtigosIto025>, acesso em: 14 de março de 2014.
- GENTILI, P. A falsificação do consenso. Petrópolis: Vozes, 2008
- GONÇALVES, Ademir Nunes. A ambiguidade do poder eleito: o caso Paraná. Marília/SP. PPGE-Unesp, 2004 (Dissertação de Mestrado)
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada a 5 de outubro de 1988. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.
- KUENZER, Acácia Zeneida. Pedagogia da Fábrica. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- LAUGLO, John. Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a Educação. Cadernos de Pesquisa. F.Carlos Chagas, mar.2007, n. 100
- LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. 2. Ed., São Paulo: Cortez, 2005.
- MAINARDES, Jefferson. Reinterpretando os ciclos de aprendizagem. São Paulo. Editora Cortez, 2007.
- NOGUEIRA, Francis Guimarães. Políticas educacionais do Paraná: uma versão institucional da proposta pedagógica dos anos oitenta. PUC/São Paulo, (Dissertação de mestrado),1993.
- _____. A ajuda externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial. Cascavel - PR: EDUNIOESTE,1999. (Tese de doutorado)
- _____. As orientações do Banco Mundial e as políticas educacionais atuais: a construção do consenso, apesar de concepções divergentes, em torno da centralidade da Educação Básica, 1999.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a Sociedade Civil. São Paulo: Cortez, 2005.
- PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública – São Paulo: Ática, 2001.
- RIBEIRO, J. Q. Ensaio de uma teoria da administração escolar. São Paulo: Saraiva, 2008
- TRAGTENBERG, M. Administração, Poder e Ideologia. São Paulo: Cortez,2004